

O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI) NO ESTADO DO PARANÁ: CONSOLIDAÇÃO E DIRETRIZES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS (1964-1985).

SARAIVA NETO, Jeferson de Almeida¹,

NEVES JÚNIOR, José²,

LANZA, Fabio³

Resumo: O presente artigo expõe os resultados das investigações a respeito do processo de constituição e consolidação do Serviço Nacional de Informações (1964-1990). Assim, em nossas análises, a instituição do SNI foi abordada como componente de um processo histórico mais complexo. Desse modo, por meio de uma pesquisa bibliográfica e eletrônica em fontes oficiais e documentais em arquivos disponibilizados ao Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH) vinculado a Universidade Estadual de Londrina (PR), procurou-se apreender a gênese e as mediações sociais que constituem tal processo histórico. Ao explicitá-lo, revelamos como todas as fundações e transformações institucionais dos órgãos de informações, até 1964, tiveram objetivos e/ou ações na repressão dos movimentos populares. Em última análise, a instituição do SNI em 1964 pode ser representada como um evento que configura a radicalização de um processo de construção e intensificação de mecanismos autoritários e de controle dos movimentos sociais e dos trabalhadores.

1 Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR) da UEL. E-mail: jeffcsociais@hotmail.com

2 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília), recebendo bolsa de estudos Capes/DS. Possui mestrado e bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), atua em pesquisas das seguintes temáticas: Atitudes e ideologias políticas; Pensamento Político Brasileiro; Religião e Política. E-mail: nevesjr1991@gmail.com

3 Doutorado e pós-doutorado em Ciências Sociais pela PUC SP; mestrado em História pela UNESP – Franca SP; graduação em Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado) pela UNESP – Araraquara SP. Professor Associado vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO vinculados a Universidade Estadual de Londrina PR. Coordenador do grupo de pesquisa CNPq História, Sociedade e Religião, atuando principalmente nos seguintes temas: Sociologia das Religiões; Ditadura Militar e Religiões; Educação e Ensino Religioso; Extensão e Educação; Trabalho: cooperativismo e Economia Solidária. E-mail: lanza1975@gmail.com

Palavras-Chave: Política Contemporânea Brasileira; Serviço Nacional de Informações (SNI); Ditadura Militar (1964-1985); Pensamento Social Brasileiro.

Abstract: This article presents the results of the investigations regarding the process of representation and consolidation of the National Information Service (1964-1990). Thus, an SNI institution was approached as part of a more complex historical process. The method of research, bibliographic research, electronic sources and documents, in the archives provided by the Nucleus of Documentation and Historical Research (NDPH) linked to the State University of Londrina (PR) is a process that involves the generation of genetic and social information. By explicitly and publicizing the government's rules of information, until 1964, the objectives and / or actions in the repression of the popular movement. The institution of the SNI in 1964, thus, can be represented as an event that constitutes a radicalization of a process of construction and intensification of authoritarian structures and of control of social movements and work.

Key-Words: Contemporary Brazilian Politics; National Information Service; Military dictatorship in Brazil (1964-1985); Brazilian Social Thought.

Introdução

A disponibilização de novas fontes documentais referentes ao período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) possibilita e demanda o desenvolvimento de pesquisas, em distintas áreas do conhecimento, que tenham por horizonte a elucidação dos crimes, em sentido amplo, cometidos pelos agentes de repressão. Tais agentes atuaram em defesa de um regime político-econômico caracterizado pela consolidação de um aparato estatal, com suporte de setores civis, pautado na utilização de meios violentos de combate aos movimentos sociais com reivindicações políticas, econômicas e ideológicas que divergissem dos princípios de sua doutrina. Nesse sentido, este trabalho encontra-se em concordância com as diretrizes da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014).

Organizamos a apresentação do artigo em três seções. Na primeira será exposta a gênese histórica dos serviços de informações e o processo que levou à instituição do Serviço Nacional de Informações (SNI) no contexto da ditadura militar do Brasil (1964-1985). O objeto é uma tentativa de apresentar os órgãos de informações que vigoraram no Brasil desde sua origem, de modo a analisar as determinações sociais, econômicas, históricas e políticas que acompanham e

antecedem o advento institucional e as mudanças de estrutura e organização desses órgãos.

Na segunda seção, serão feitas considerações teórico-metodológicas que orientaram o processo de investigação e análise documental, bem como a pesquisa de forma geral. Nela também são descritos os objetivos que nortearam a nossa pesquisa documental nos arquivos do SNI dos Estados do Paraná e Santa Catarina no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH) da Universidade Estadual de Londrina PR.

Na terceira seção, apresenta-se uma análise inicial do objeto selecionado de forma intencional no interior dos arquivos e registros documentais do SNI. A pesquisa documental que realizamos trabalhou em fontes que compõem os arquivos de documentos oficiais do Serviço Nacional de Informações (SNI) dos Estados do Paraná (PR) e Santa Catarina (SC) disponibilizadas à Universidade Estadual de Londrina (PR) pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV) através de uma doação do Arquivo Nacional para a realização de pesquisas públicas. Atualmente, tais documentos estão disponíveis no NDPH – UEL PR.

Nossas pesquisas documentais nos arquivos foram fundamentadas pelas análises teórico-metodológicas defendidas por Tim May (2004), na qual, antes de tudo, é necessário partir do princípio de que cada documento está localizado em um contexto político e social mais amplo. Nesse sentido, para que a pesquisa se desenvolva, é necessário que sejam analisadas e investigadas as determinações que configuram e contextualizam os processos de sua produção. Assim, o que as pessoas registram nos documentos são, fundamentalmente, produtos de uma experiência histórica determinada.

Por outro lado, partimos também do pressuposto defendido por May de que o que se apresenta nos documentos não é apenas um reflexo neutro dos agentes sobre a realidade, mas um resultado do modo como foram sendo construídas determinadas narrativas sobre a realidade social a partir da posição dos agentes naquele contexto. Portanto, tentamos aprofundar e relacionar a forma subjetiva e particular de interpretação e construção dos documentos pelos agentes e as mediações objetivas da estrutura social e do processo histórico.

Com efeito, também atentamos às problematizações feitas por André Cellard (2012) do caráter incompleto, parcial e impreciso de como o documento se apresenta ao pesquisador. Por isso, nas palavras de Cellard,

o exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem foi destinado, é primordial, em todas as etapas de uma análise documental, seja qual tenha sido a época em que o texto em questão foi escrito (CELLARD, 2012, p. 299).

Por fim, procuramos nos apoiar na pesquisa bibliográfica da produção do pensamento social e político brasileiro para fundamentar nossas análises. Assim, concluímos com a apresentação de três documentos encontrados nos arquivos que abordam conteúdos relacionados aos movimentos sociais e dos trabalhadores e à questão do mundo do trabalho e da religião.

Gênese histórica dos órgãos de informações e a preocupação com a segurança nacional no Brasil.

O primeiro contato do Brasil com uma instituição que tinha a função de analisar e coletar informações para fundamentar as ações estratégicas do Poder Executivo surgiu ainda na República Velha (1889-1930), em 29 de novembro de 1927, quando foi criado o *Conselho de Defesa Nacional* sob o governo de Washington Luís (ANDRADE, 2014; BRANDÃO, 2001). Segundo o Decreto nº 17.999 de 1927 que o instituiu, o conselho seria um órgão consultivo e lhe era determinada a função de estudar e coordenar as “informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria”.

O contexto histórico da década de 1920 no Brasil foi marcado e constituído por várias transformações econômicas, políticas e sociais. Do ponto de vista nacional, a crescente urbanização e industrialização havia causado um acirramento dos conflitos sociais como resultado das necessidades de desenvolvimento, expansão e reprodução do capital. Acontecimentos, como, por exemplo, as greves e manifestações de portuários e operários de 1917 a 1919; a semana de Arte Moderna; a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) e o Movimento dos 18 do Forte, em

1922; a Coluna Prestes, de 1924 a 1926; a organização do Bloco Operário Camponês, em 1926, entre outras mobilizações sociais evidenciam que, claramente, havia um processo em marcha de acirramento dos conflitos políticos e sociais decorrente das transformações na estrutura social do país. Nesse sentido, é fato que a urbanização e o desenvolvimento industrial exerceram efeitos desestabilizadores sobre a estrutura oligárquica que ainda vigorava no Brasil neste período. Por outro lado, do ponto de vista internacional, com a Revolução Russa, em 1917, e o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, percebe-se que o *Conselho de Defesa Nacional* se institui como resultado de um contexto histórico de profundas mudanças sociais e econômicas, mobilizações populares e conflitos políticos tanto em âmbito nacional como internacional.

Em suma, com a criação do *Conselho de Defesa Nacional*, há, formalmente, pela primeira vez no Brasil, a salvaguarda de informações sigilosas, diante das urgências e emergências dos contextos interno e externo (ANDRADE, 2014). É importante notar, desde já, que, apesar de as determinações formais do Conselho serem orientadas para a defesa da Pátria, ou seja, a defesa da integralidade do território nacional contra inimigos externos, a situação e o contexto social e político interno do país foram um fator fundamental para sua instituição.

Além disto, a estrutura produtiva do Brasil, centrada principalmente na exportação da cultura cafeeira, encontrou, em decorrência da crise internacional do capitalismo em 1929, um “desequilíbrio estrutural entre oferta e procura” (FURTADO, 2007, p. 257). Tal desequilíbrio veio a se juntar com os outros processos de industrialização e urbanização marcando uma recomposição das estruturas políticas e econômicas, assim como o advento mais efetivo da sociedade industrial no Brasil e da consolidação de formas de dominação social burguesas. No entanto, a hegemonia do domínio oligárquico que caracterizava a velha estrutura foi, ao longo desse processo, reabsorvida no interior dessa nova recomposição. Isso ocorreu de tal forma que, segundo Florestan Fernandes (2006), serão precisamente as oligarquias que decidirão, em larga medida, o padrão e a forma da dominação burguesa que se processará no Brasil,

senão idealmente, pelo menos na prática. [A oligarquia] comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de

classes e a *repressão* do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil (FERNANDES, 2006, p. 246. Grifo nosso).

Com efeito, há um processo marcado por aquilo que Florestan designa como sendo uma “coalescência estrutural” (FERNANDES, 2006), as burguesias e as oligarquias agrárias se opõem na constituição da hegemonia pelo poder, mas ao mesmo tempo se complementam. Nas palavras de Florestan Fernandes:

[...] a burguesia [brasileira manteve] múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Ela não assume o papel de *paladina da civilização* ou de *instrumento da modernidade*, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações (FERNANDES, 2006, p. 240).

De fato, “é precisamente através dessa dupla ação que o aparecimento e consolidação da burguesia devem ser entendidos no Brasil, pois sua ligação umbilical com a oligarquia teria importantes consequências históricas” (DREIFUSS, 2006, p. 30). Nesse sentido, concordamos com a tese de Francisco de Oliveira e sua análise de que esse fenômeno de constituição da burguesia enquanto classe no Brasil, na verdade, caracterizará uma das particularidades da forma de desenvolvimento do capitalismo dependente (FERNANDES, 2006, pp. 337-39) brasileiro como “uma unidade de contrários” (OLIVEIRA, 2003, p. 32). Nas palavras de Oliveira:

a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

Dessa forma, do ponto de vista teórico-metodológico, Oliveira, inclusive, supera as antigas interpretações estrutural-dualistas clássicas do pensamento social brasileiro, marcadas pela oposição estática entre aquilo que seria os supostos setores “atrasados” e os setores “modernos”, introduzindo uma rigorosa apreensão dialética

da estrutura e desenvolvimento social do Brasil. Voltaremos a tais questões ao longo do artigo.

Em 1934, sob o governo de Getúlio Vargas, houve uma reorganização do *Conselho de Defesa Nacional* quando, de acordo com o decreto 23.873 de 15 de fevereiro de 1934, criaram-se a Comissão de Estudos de Defesa Nacional e a Secretaria de Defesa Nacional. Nesse mesmo período, ocorreu, simultaneamente, uma alteração na denominação do *Conselho de Defesa Nacional* para *Conselho Superior de Segurança Nacional* (CSSN) (BRANDÃO, 2001, p. 43). De fato, a alteração do nome do órgão de informações de *Defesa Nacional* para *Segurança Nacional* não é algo contingente. Pressuposto a essa nova reorganização e red denominação do serviço de informações, configura-se o processo histórico pós-1917 com a Revolução Russa, no qual “a situação da organização militar sofreu alterações essenciais” (SODRÉ, 1984, p. 15). Quer dizer, se tradicionalmente as organizações militares tinham por objetivo combater ameaças e possíveis *inimigos externos*, a partir desse contexto, as forças armadas passam, cada vez mais, a ter o objetivo de *manter a ordem interna*, isto é, de assegurar a reprodução e o desenvolvimento do regime capitalista por meio da identificação de *inimigos internos* que ameaçam a segurança nacional e o modo de produção econômico, principalmente nas sociedades da periferia do sistema capitalista.

Em outras palavras, de uma perspectiva global, foi implementado um esforço em transformar em polícias políticas nacionais as Forças Armadas que, em seus próprios países e territórios nacionais, exercem a repressão política (SODRÉ, 1984, p. 16). Portanto, apreende-se desde já que o controle e o estudo dos fluxos de informações têm, entre outras funções, um papel fundamental na *repressão política* visando à manutenção da ordem capitalista, sobretudo em face das reivindicações e mobilizações dos movimentos sociais e de trabalhadores e trabalhadoras por melhores condições objetivas de vida. Com a emergência autoritária do Estado Novo, em 1937, houve um novo aprimoramento da organização do *Conselho de Segurança Nacional*. Essa nova organização teve sua estrutura organizacional criada nos moldes do *Conselho de Segurança Americano* (BRANDÃO, 2001, p. 43). Ademais, reafirmamos as pesquisas de Priscila Brandão (2001) e Fabiana de Oliveira Andrade (2014) de que, apesar de todas essas alterações e aprimoramentos na *estrutura organizacional*, não

houve mudanças drásticas na forma da *atividade* dos serviços de informações até a emergência dos acontecimentos do pós-segunda guerra (1945).

Com o fim da ditadura do Estado Novo, em 1945, o Brasil conheceu um segundo período republicano (1945-1964). De forma geral, esse período foi marcado por um elevado crescimento econômico e uma consolidação e expansão do processo de industrialização e urbanização. Contudo, ao mesmo tempo, esse processo aprofundou estruturalmente as contradições sociais: se, por um lado, houve desenvolvimento das forças produtivas no país (principalmente por meio da compra de conhecimentos técnicos e tecnologias do exterior para repassá-las às indústrias e empresas nacionais) (OLIVEIRA, 2003, p. 73), por outro, também houve extremas concentrações de renda, propriedade, poder e riqueza. Tais contradições resultaram em várias mobilizações sociais urbanas e camponesas ao longo do período, o que levou, grosso modo, a maiores conflitos políticos e mobilizações sociais. Além disto, esse período continuou a ser marcado pelas interferências dos militares no campo político e pelas repressões do aparato burocrático-militar do Estado aos movimentos sociais e às mobilizações da sociedade civil.

Nesse contexto, os órgãos de informações, segundo Brandão (2001), acompanhando o fim da Segunda Guerra Mundial, autonomizam-se em relação à realização da guerra tornando-se instituições permanentes, por um lado. Por outro, em meio ao surgimento da Guerra Fria (1947-1991), tornam-se um aparato criminal de investigações de “subversões” ideológicas. Segundo Nelson W. Sodré,

A “guerra fria” gerou [...] a terceira fase da doutrina militar brasileira [...]. Em resumo, essa nova doutrina [...] estabelece que o inimigo não é provável e nem está no exterior; *ele é permanente e está no interior*. Não é inimigo estrangeiro, mas nacional, brasileiro – são os próprios brasileiros que são tratados como inimigos nessa doutrina. São aqueles que, não esposando a doutrina, se constituem em “subversivos” (SODRÉ, 1984, p. 25. Grifo nosso).

Ou seja, os serviços de informações, formal e efetivamente, tornam-se responsáveis pela vigilância e pelo controle do fluxo de informações que abordam a temática de sujeitos e movimentos potencialmente ou efetivamente considerados “subversivos”. Isso ocorre, principalmente, por conta do advento do ideário da

Guerra Fria quando se criou uma dicotomia ideológica segundo a qual o mundo estaria dividido em dois blocos: o *Ocidente cristão democrático* (vinculado e aliado aos Estados Unidos) e o *Oriente ateu comunista* (aliado à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Essa divisão do mundo obrigou “a maioria dos países a uma nova reflexão em relação à sua *segurança nacional*, reformulando e criando suas agências de inteligência, de acordo com suas perspectivas ideológicas” (BRANDÃO, 2001, p. 44), processo que, como explicitamos, remete ao contexto internacional do pós-1917. Essa exigência levou à reestruturação do atual serviço de informações, o *Conselho de Segurança Nacional*, de modo que ele se adequasse ao contexto e à dinâmica da situação internacional.

Com isso, o general Eurico Gaspar Dutra, que havia sido eleito presidente em 1946, instituiu no mesmo ano o decreto-lei 9.775 de 6 de outubro, para reorganizar o *Conselho de Segurança Nacional*. A nova diretriz determinou, dentre outras coisas, o estabelecimento de funções relacionadas não somente a informações, mas também à produção de contrainformações, sendo a primeira vez que o Brasil passava a ter preocupações relacionadas às atividades de contraespionagem, contrainformação e contrapropaganda. Cabia à Segunda Seção do *Conselho de Segurança Nacional* coordenar os serviços de informação e contrainformação, além de

organizar a propaganda e contra-propaganda no que interessasse ao Plano-Político Exterior e organizar a defesa do próprio sistema econômico, coordenando as medidas para a contra-espionagem e contra-propaganda no que interessasse ao plano econômico (BRANDÃO, 2001, p. 45).

No entanto, as atividades e funções do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI) só realizaram as determinações de suas funções de modo pleno e efetivo no governo de Juscelino Kubitschek, a partir do final da década de 1950.

Observa-se que, nesse contexto, o Brasil se aproximou e aprofundou cada vez mais suas relações com os Estados Unidos. O contato da Força Expedicionária Brasileira (FEB) com o exército norte-americano, na Itália, é um marco desse processo. Essa proximidade, inclusive, manifesta-se de forma evidente na afirmação do deputado federal da União Democrática Nacional (UDN), Juraci Magalhães, integrante da delegação brasileira na III Assembleia Geral da Organização das Nações

Unidas (ONU): “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” (AQUINO, 2000, p. 466). Assim, delineou-se claramente a posição do Brasil em suas relações internacionais em defesa da ordem capitalista em oposição ao bloco soviético.

Em 1947, como resultado, “deu-se o rompimento de relações diplomáticas com a URSS e o cancelamento do registro do Partido Comunista (PCB), sob a argumentação de ser *antidemocrático*” (AQUINO, id.). O governo do general Dutra chegou, inclusive, a cassar mandatos de parlamentares e a reprimir de forma violenta acusados de comunismo e “subversão”. Nesse sentido, em meio a todo esse contexto, a proximidade com os EUA implicou na criação da *Escola Superior de Guerra* (ESG) (conhecida como *Sorbonne*) e na incorporação da *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN) exportada pelos próprios EUA aos países sul e centro-americanos.

Fundada em 1949 pela elite militar oriunda da Força Expedicionária Brasileira (FEB) sob o influxo da Missão Militar norte-americana que operava no país segundo acordo firmado no ano anterior, a ESG, articulada ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), nasce sob evidente e conhecida influência política e doutrinária estadunidense, segundo inspiração do *National War College* (SILVEIRA, 2014, p. 91).

A formação dos agentes pela ESG, desde o seu início, consistiu em ensinar a doutrina da “guerra total” (um dos elementos ideológicos da DSN que estabelece que haveria uma guerra social posta, iminente e generalizada, exigindo, dessa forma, ações mediadas pelos conflitos políticos que permeassem todos os campos da vida social, seja no campo econômico, psicossocial, cultural ou político (MIGUEL, 2002, p. 41). Outras características presentes na formação dos sujeitos que participavam da ESG, segundo Luis Felipe Miguel (2002), eram o pensamento autoritário desenvolvimentista, a obsessão anticomunista e a geopolítica. Essas características, basicamente, pressupunham um entendimento de que o Brasil teria grandes e importantes funções no cenário internacional devido à sua posição geográfica estratégica na América Latina, sobretudo por conta do seu contingente populacional, de sua grande extensão territorial e de suas potencialidades de desenvolvimento econômico capitalista. Em suma, a DSN fundava-se em três pressupostos: 1) um binômio *segurança-desenvolvimento*, que supunha a crença de que a *segurança nacional*

constituía uma pré-condição para o desenvolvimento econômico; 2) necessidade de um *controle total* e global do Estado sobre a sociedade civil; 3) ênfase na prioridade de questões econômicas sobre as políticas (FONTES; MENDONÇA, 1988, p. 37).

Posteriormente, em 1956, durante o governo Kubitschek, o general Humberto Melo foi designado para ativar o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI). Tal acontecimento, na verdade, expressava um compromisso do governo brasileiro com o governo americano de se criar um serviço de informações mais estruturado, nos moldes da *Central Intelligence Agency* (CIA), para o efetivo combate das ameaças “subversivas” e “comunistas” (BRANDÃO, 2001, p. 46).

A proposta era de que com o amadurecimento [do SFICI ele viesse a ser desligado] da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e se tornaria um órgão autônomo, subordinado diretamente à Presidência da República. Esta concepção tinha como modelo a organização norte-americana, em que a CIA e a Secretaria de Conselho de Segurança ficavam subordinadas à presidência e integravam a estrutura de planejamento estratégico do país (BRANDÃO, 2001, p. 47).

A década de 1950 e o início da década de 1960 foram marcados por um processo de aceleração da acumulação capitalista e, principalmente, pelo aprofundamento da luta de classes no Brasil. Em diversos Estados do Brasil, por exemplo, os camponeses e o operariado urbano mobilizaram-se em defesa de seus direitos, assegurados formalmente, inclusive pela Constituição de 1946, apesar de terem sofrido profundas repressões e terem suas demandas ignoradas pelas oligarquias e grandes proprietários rurais e pelas classes dominantes brasileiras (AQUINO, 2000).

Nesse contexto, foi atribuída a primeira missão de “guerra interna” ao SFICI, em 1959. Foi-lhe determinada a função de identificar informações e neutralizar possíveis ameaças comunistas. Com isso, acordados com os interesses norte-americanos, as ações do SFICI aumentaram significativamente na medida em que especificaram suas atenções de maneira intensa aos líderes comunistas do PCB e dos movimentos sociais. Houve também um aprimoramento do campo de ação e métodos do SFICI, de tal modo que este ganhou prestígio nos Departamentos de

Polícia da época e seu arquivo de informações foi reconhecido como o mais completo dos órgãos de informações existentes (ANDRADE, 2014).

Em 31 de Janeiro de 1961, Jânio Quadros assumia a Presidência da República. Seu governo foi profundamente contraditório: ao mesmo tempo, por um lado, representava anseios e esperanças nacionais e populares; por outro lado, Jânio vinculava-se às forças claramente relacionadas ao capital internacional e ao latifúndio que o haviam apoiado. Ou seja, a política externa e a política interna de Jânio eram objeto de profundos conflitos e tensões. Em agosto de 1961, Jânio renunciou à presidência deixando todos da sociedade surpresos. O motivo de tal renúncia era que “forças poderosas e ocultas” atuavam contra seu governo (AQUINO, 2000). Nesse contexto, Jânio tentou a renúncia com a esperança de que os militares não aceitariam a sua substituição pelo vice-presidente eleito João Goulart, pois Goulart era acusado pelos opositores, sobretudo de ser “subversivo” e de ter supostos envolvimento com movimentos revolucionários. No entanto, o Congresso aceitou a renúncia sem muita discussão e Jânio acabou não conseguindo o apoio popular que esperava (DELGADO, 2009, p. 126).

Ao longo do período da posse de Goulart, tentativas golpistas de oposição à sua posse foram articuladas. Grupos civis e militares, como setores de parte das Forças Armadas, a Igreja católica conservadora, proprietários rurais, parte do empresariado nacional e, inclusive, investidores internacionais, uniram-se em forte atuação desestabilizadora contra o governo de Goulart. Assim, com a intensificação dos conflitos políticos, acompanhados por crises sociais e econômicas resultantes do período desenvolvimentista de JK, que, segundo Chico Oliveira (2003), havia adotado políticas industrializantes que favoreciam a produção de bens de consumo duráveis destinados apenas a camadas restritas da população. Isso acabou contribuindo para o aprofundamento das desigualdades sociais, bem como a presença de uma maior manifestação e expressão de descontentamento por movimentos sociais e populares, criou-se o movimento pela legalidade, tendo Leonel Brizola como um dos principais atores.

Apesar da repressão, uma mobilização democrática de peso pedia a *normalização constitucional*. Governadores, sindicatos, personalidades eclesásticas, organizações estudantis, setores da imprensa, todos se

mobilizavam em prol do cumprimento constitucional (AQUINO, 2000, p. 632).

Tal cenário de graves crises e conflitos políticos, com riscos reais de guerra civil, no entanto, desdobrou-se na proposta e no estabelecimento do parlamentarismo. O parlamentarismo na época apareceu, para vários setores, como uma forma de alternativa e saída pacífica à conjuntura. Tal proposta interessava sobretudo aos setores oposicionistas, pois, com o regime parlamentar, Goulart tomaria posse, mas praticamente sem poderes. De outro lado, grande parte da sociedade civil recusava a implementação do parlamentarismo. Uma pesquisa do IBOPE da época revelava, por exemplo, que, no estado da Guanabara,

81% dos eleitores [desejavam] que Goulart [tomasse] posse no regime presidencialista; 10% no regime parlamentarista, 9% não souberam responder. Entre os eleitores do governador Carlos Lacerda, 69% [desejavam] que Goulart [assumisse] a presidência da República no regime presidencialista (FERREIRA e GOMES, 2014, p. 45).

No entanto, foi implementado o regime parlamentar e, sob essa condição, em 7 de setembro de 1961, Goulart tomava posse. Ao longo de seu governo, Goulart propôs um programa nacional-reformista com a crença de poder contar com o apoio popular através da “Frente de Mobilização Popular”. Esse programa compunha um conjunto de reformas institucionais, tais como a reforma agrária, tributária, urbana, eleitoral, bancária, educacional, dentre outras. Na verdade, essas propostas de reformas contribuíram para desestabilizar ainda mais o governo, visto que as reações golpistas, conservadoras, reacionárias e contrárias às mudanças, para defender seus privilégios, foram imediatas (AQUINO, 2000).

Desde o início de seu governo, Jango (1961-64) já sofria com ações das lideranças burguesas e dos setores oposicionistas que, associados a interesses externos, articulavam a desestabilização do governo constitucional. Em 1961, por exemplo, criou-se o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), com íntima relação com potências estrangeiras e recursos internacionais, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – este mantinha ligações estreitas com a CIA e com a alta oficialidade da Escola Superior de Guerra. Inclusive, após o golpe em 1964 muitas

pessoas que atuavam nesses órgãos assumiram cargos no governo (DREIFUSS, 2006).

Pode-se apreender que as reformas que estavam sendo propostas por João Goulart e cobradas pela população sob o nome de “Reformas de base”, considerado o processo histórico brasileiro, reuniam uma série de medidas que em outros países capitalistas do centro já haviam sido implementadas. No entanto, grande parte da burguesia nacional, das oligarquias, juntamente com as doutrinas militares de anticomunismo difundidas no ideário social e político do Brasil no contexto da guerra fria, bem como dos interesses imperialistas dos Estados Unidos envolvidos no processo, entendiam que a institucionalização de tais reformas não era adequada ao Brasil, sendo, na verdade, produto da conspiração de movimentos “subversivos” que queriam transformar o Brasil em uma “ditadura comunista”. Assim, tais grupos se constituíram em bloco e realizaram todas as ações para que tais reformas não se concretizassem.

Segundo Fernandes, tal fenômeno ocorreu, em parte, devido ao fato de que no Brasil

o *idealismo burguês* [que determinou o sentido normativo das revoluções burguesas e liberais em países da Europa e nos EUA, precisou] ser posto de lado, com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo democrático-burguês mais ou menos congruente. *A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irredutíveis e essenciais que explicam as “virtudes” e os “defeitos” e as “realizações históricas” da burguesia.* A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de *interesses materiais privados, de fins políticos particularistas*; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento. O “nacionalismo burguês” enceta assim um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo (FERNANDES, 2006, p. 345. Grifos nossos).

Assim, impossibilitado de passar de uma democracia restrita e formal a uma democracia ampliada e substancial (FERNANDES, 1997), este foi o destino histórico que se concretizou em 1964: a república parlamentar implementada veio a se fundir com uma *autocracia* própria a comparações legítimas com a tragédia do fascismo na Europa .

O processo que levou à crise de 1964 e ao golpe militar foi formado de modo paulatino. Na verdade, foi o resultado, essencialmente, da forma como a sociedade brasileira se constituiu ao longo da história. Como nos lembra Marx (2017) em seu capítulo célebre sobre a “Acumulação Originária de Capital” do Volume 1 do *Capital*, a escravidão colonial em países periféricos sempre foi um fenômeno absolutamente *moderno*, interconectado com o capitalismo metropolitano. Assim, a continuidade entre a violência colonial e a entrada tardia do Brasil no capitalismo mundial não foi algo accidental e excepcional, mas um exemplo do que, no sistema capitalista, é a norma. Roberto Schwarz, por meio de uma interpretação social, política e estética das obras de Machado de Assis, desenvolve essa problemática expondo como a “precária” e “atrasada” modernização brasileira não era um processo inacabado, mas completo em sua própria precariedade. Essa precariedade resultava da posição do Brasil no mercado mundial e de sua integração no interior da divisão internacional do trabalho.

Contrariamente ao que as aparências de atraso fazem supor, a causa última da absurda formação social brasileira está nos avanços do capital e na ordem planetária criada por eles, de cuja atualidade as condutas disparatadas de nossa classe dominante são parte tão legítima e expressiva quanto o decoro vitoriano (SCHWARZ, 1997, p. 39).

Nesse sentido, Schwarz expõe como a elite brasileira do século XIX, ao mesmo tempo escravista e liberal, manifesta a compatibilidade entre as “luzes” europeias e a brutalidade da violência colonial, que funciona como chave fundamental para entender as limitações e promessas da civilização capitalista e burguesa (SCHWARZ, 1997; 2000). Além disso, permite um esclarecimento e uma efetiva compreensão do golpe militar de 1964 que conciliou, em suas bases doutrinárias, modernização e desenvolvimentismo com autoritarismo e segurança nacional.

Enfim, na madrugada do dia 31 de março de 1964, eclodiu o golpe civil-militar em Minas Gerais que veio a depor o presidente João Goulart que havia sido constitucionalmente eleito. Momentos após o golpe de 1964, o general Golbery do Couto e Silva propôs ao presidente Humberto de Alencar Castello Branco que apresentasse ao Congresso um projeto para a instituição de um novo serviço de informações. A justificativa era que, com o novo regime golpista, o Estado brasileiro

necessitava de uma instituição mais sólida de informações para permitir sua consolidação. Desse modo, em 11 de maio de 1964, Castello Branco apresentou ao Congresso o projeto de lei de criação do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Tal projeto foi facilmente aprovado pelo Congresso. As opiniões dos parlamentares a respeito do projeto eram extremamente superficiais e utilizavam-se de comparações simplistas e ignorantes, mostrando um desconhecimento profundo do tema (ANDRADE, 2014). Dessa forma, o projeto foi transformado na Lei nº 4.341, sancionada pelo presidente no dia 13 de junho de 1964. Ao ser nomeado à chefia do novo órgão de informações, em 25 de junho de 1964, Golbery do Couto e Silva recorreu ao auxílio norte-americano para a montagem e estruturação do novo órgão.

O SNI veio a incorporar, integrar e aperfeiçoar toda a estrutura do SFICI. Foi atribuído ao novo Serviço Nacional de Informações profunda autonomia financeira e institucional e, sobretudo, enorme poder político. Haja vista que a lei de sua instituição conferia, também, prerrogativa de ministro de Estado ao chefe do SNI. “Em grau de hierarquia, o chefe do SNI apenas se subordinava ao presidente da República” (ANDRADE, 2014, p. 52). Com efeito, o órgão de informações estruturou-se em várias agências regionais, estando situada sua Agência Central no Distrito Federal.

De acordo com Fico (2011), Andrade (2014) e Antunes (2001), até 1967 pode-se dizer que o SNI teve como objetivo principal coletar e produzir informações e contrainformações de forma mais efetiva e organizada que os outros órgãos de informações que vigoraram até então. Entretanto, com o acirramento das reações de oposição à ditadura, o regime militar passa a operar de forma muito mais rigorosa e repressora, criando organismos próprios e especializados em censura de imprensa, de atividades artístico-culturais, de intelectuais e elabora uma violenta polícia política.

Além disso, como se apreendeu e foi tentado evidenciar ao longo da apresentação, as funções dos órgãos de informações, desde 1927, já nascem *per se* relacionadas e mediadas pela questão social, isto é, pela dinâmica de luta das classes sociais em conflito em consequência da forma como se estrutura a sociedade burguesa e o modo de produção do capital no Brasil – com suas especificidades - e

internacionalmente. Nesse sentido, as funções dos órgãos de informações sempre tiveram, desde sua origem, objetivos de influir na composição do aparato burocrático e militar do Estado brasileiro para o exercício da repressão de movimentos e mobilizações sociais que foram sempre considerados como causadores da “desordem”, de pôr em risco e ameaçar o “progresso” e a modernização da nação. Nunca nem se considerou o conteúdo de verdade, assim como a necessidade de transformar e alterar uma realidade social e institucional mutilada, injusta, desigual e violenta que residia nas reivindicações e mobilizações dos grupos sociais e dos movimentos dos trabalhadores que demandavam reconhecimento e manifestavam exigências de melhorias nas condições de reprodução de suas vidas materiais. Portanto, vale dizer que a repressão (e sua ligação com os órgãos de informações) não começou efetivamente apenas no final da década de 1960, apesar de, nesse contexto, radicalizar-se e tornar mais rigorosa e violenta as ações dos militares, sob a justificativa da mobilização armada de alguns setores da sociedade civil. Esses setores reconheciam, de forma legítima - teses e princípios próprios, inclusive, doutrinas políticas liberais do séc. XVII-XVIII, como a de John Locke - o direito a resistir à tirania (SAFATLE, 2010), à ilegalidade e à ilegitimidade do Estado de exceção autoritário e ditatorial que havia sido construído.

Com efeito, como resultado de todo esse processo histórico, no final da década de 1960, foi estruturado o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Tal sistema, segundo Fico (2001),

centrava-se no SNI, existente desde 1964 [...] A partir de 1968, porém, as necessidades de informações do regime militar excediam bastante as demandas iniciais planejadas por Golbery do Couto e Silva. Não se tratava apenas de reunir dados indispensáveis ao principal cliente do serviço – o presidente da República -, mas de *interagir com a polícia política, isto é, com o sistema de segurança que naquele momento se buscava aperfeiçoar, sob a égide da concepção de “guerra revolucionária”, definitivamente entronizada pelo AI-5.* [...] a noção de “guerra revolucionária” ou “guerra interna” pressupunha que alguns brasileiros fossem “inimigos de guerra” do regime: ora, contra o inimigo, todas as armas deveriam ser utilizadas, inclusive as de efeito moral ou psicológico (FICO, 2001, p. 76 grifos nossos).

Desse modo, o SISNI veio para aperfeiçoar e expandir as funções e atuações do SNI, assim como as seções de segurança nacional, de maneira a abranger e

controlar a totalidade das relações sociais sob o fundo da doutrina de “guerra revolucionária”. Com isso, criou-se uma estrutura de repressão especializada no fluxo e controle de informações, contrainformações, espionagem e polícia política (FICO, 2011), gerando o momento mais autoritário e violento da história recente do Brasil, que, até o tempo presente, produz efeitos profundos na sociedade brasileira e permanece como um legado cujas repetições e permanências devem ser reflexivamente apreendidas para serem superadas tendo em vista a finalidade de aprofundar o processo democrático no Brasil.

Análise dos registros documentais selecionados

Como resultado de nossas investigações documentais e exemplo dos registros realizados pelos agentes do SNI de experiências que pretendemos analisar e elaborar com mais profundidade em nossas pesquisas futuras, podemos partir de três documentos em que aparecem temas relacionados aos movimentos sociais, sindicatos e indivíduos vinculados a associações religiosas populares. O primeiro documento constitui uma ficha elaborada por agentes do SNI da Agência de Curitiba. Nele, podemos encontrar passagens e registros como este:

- c - OP- 286 /73 /DCI/SSI /SC.de 03/04/73:- Referente à infiltração comunista no Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Carvão de CRICIUMA/SC CUJO movimento era encabeçado por MURILO DO / / CANTO, WALMOR DE LUCCA e outros.
- d - RELATORIO MISSÃO:- da INPO da 5 “ IM/DE, de 26 /10/73 – Ref. à situação no Sindicato dos Mineiros do qual constata que o Deputado MURILO SAMPAIO CANTO, realizava contatos com elementos da // classe mineira, fazendo seu jogo político – juntamente com outros, cujo fundamento era a crítica contra o Regime Político vigente no país e contra a administração da empresa BARRO BRANCO / /"SACO DE PANCADA”, predileto da massa operaria.
- e - MEM - 37/74 :- do Delegado da Polícia de / / ICARA/SC, ao Delegado de Polícia de CRICIUMA/SC. referente a JERI, onde foi aprovado que alguns sócios da mesma residem em PPOLIS//S(5, numa casa alugada pelo Deputado MURILO e mantida pela Prefeitura Municipal de ICARA/SC e que na referida casa, existe infiltração dos Leninistas, existindo, inclusive, Livros e propagandas subversivas. (SNI, ACT_34_79_ALT_011, 11 de junho de 1981, laudas 64-5).

Tais formas de registros eram realizadas pelos órgãos de informações ao longo da Ditadura Militar com intenções sistemáticas de perseguição, controle e repressão política. Percebe-se que, ao longo desse registro realizado pelo agente do SNI, aparecem dois sindicatos dos trabalhadores (Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Carvão; Sindicato dos Mineiros), assim como informações de indivíduos em que, claramente, o agente realiza *avaliações* e se *posiciona ideologicamente* em diversas expressões utilizando-se de conceitos construídos pela doutrina de segurança da ditadura (“livros e propagandas subversivas”, “infiltração comunista” etc.).

De outro lado, um segundo registro dá informações das atividades de trabalhadores, deputados, senadores, sindicatos, professores e movimentos estudantis da época. Em uma das passagens do documento consta o seguinte:

Informou a esta Agência sobre a reunião realizada no dia 02/10/80 na Associação dos Professores do PARANÁ, ocasião em que foi elaborada uma nota de apoio conjunta ao Movimento dos Metalúrgicos, a chapa 2 impugnada pelo Ministério do Trabalho nas eleições dos Trabalhadores da Construção Civil.

Estiveram presentes nessa reunião, representantes das diversas entidades tais como: Sindicato dos Metalúrgicos, Associação dos Vendedores Ambulantes de CURITIBA e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil.

Informou à ACT/SNI que os Deputados Estaduais pelo MDB/PR, NESTOR BATISTA e NELTON FRIEDRICH, de pronto, mostraram-se solidários ao movimento dos acadêmicos do Curso de Direito da UFPR fazendo pronunciamentos a imprensa e na Tribuna da Assembleia Legislativa do PARANA. [...]

Informou a ACT/SNI que o nominado participou, no dia 25 ABR 80, a uma palestra promovida pelo PMDB/CURITIBA, onde, na Igreja do Guadalupe desta cidade, compareceu como conferencista o Senador MARCOS FREIRE.

Informou a ACT/SNI que o nominado, Deputado Estadual PMDB/PR, esteve presente na reunião realizada dia 22 JUN 80 na sede do Diretório Municipal do PMDB, onde foi feito o lançamento do Movimento Trabalhista do PMDB. (PRG m 1293/80)

Informou que o nominado custeou a viagem de MARIO PEREIRA LEAL, à CASCAVEL/PR. Mario teria ido aquela cidade, para orientar a greve Nacional dos Estudantes, programada pela UNE, no período de 10 a 13 SET 80.

Informou a AC/SNI, que o nominado, defendendo a implantação de uma Assembleia Nacional Constituinte criticou o regime vigente taxando-o de “Ditadura”. Destacou que “é essencial vincular a luta pela Constituinte às lutas concretas em desenvolvimento na Sociedade, pois interessa e é decisiva para todos. Conclamou os

trabalhadores à luta pela Constituinte, dizendo que ela visa melhores salários e o ajustamento da política Salarial, Informou à ACT/SNI que o nominado participou, no dia 11 MAI 80, da solenidade de lançamento oficial do PMDE, em CURITIBA/PR, tendo como local o auditório da Igreja Nossa Senhora do Guadalupe, nesta cidade (SNI, ACT 34_79_MF_ALT_1_012, laudas 26-8).

Podemos observar, novamente, a ênfase dos agentes do SNI em registrar e controlar sistematicamente as ações de sindicatos, movimentos sociais, grupos religiosos, sujeitos políticos etc. que faziam críticas às condições de vida da época e se organizavam para se opor à ditadura militar. A presença de qualquer ação ou discurso, que escapasse dos “limites” determinados pelas bases ideológicas de segurança do regime, sofria repressões, polícia política e, em casos “necessários”, tortura e até o desaparecimento.

Em outro documento, que, no registro do agente do SNI, consta como um documento que se referia a assuntos que diziam respeito aos “Aspectos psicossociais no Paraná e Santa Catarina”, aparecem textos sobre três movimentos: movimento estudantil, movimento operário e movimento do clero. O agente inicia a apresentação de seu registro deste modo:

Observando-se os recentes acontecimentos do campo psicossocial ocorridos na área de responsabilidade desta Agência, destacam-se aqueles em que vários segmentos da comunidade procuraram manifestar-se, notadamente as lideranças estudantis, políticos, religiosos, trabalhadores etc. senão vejamos [Em seguida, o agente passa à caracterização e descrição dos movimentos]:

Movimento estudantil

- Como forma de apoiar a greve no ABC, os estudantes de CURITIBA/PR, promoveram dia 24/04, uma passeata. [...] Os estudantes da Universidade Estadual de Londrina-FUEL-, componentes do DCE/LIVRE e os membros da Cooperativa dos Jornalistas do Paraná – COOP/JORNAL-, constituíram em Londrina/PR, um Comitê de Ajuda dos Metalúrgicos de São Paulo, para arrecadar donativos, provenientes da venda de bônus, para o “fundo de greve dos metalúrgicos. Aproximadamente 3200 bônus foram trazidos por FERNANDO DE OLIVEIRA VELOSO, líder da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo, os quais foram vendidos em sua totalidade pelo jornalista JOEL DOS SANTOS GUIMARÃES do COOP/JORNAL.
- No que tange as comemorações propostas para o dia 1º de Maio, a presença de estudantes se fez sentir com maior peso em LONDRINA/PR, e, principalmente de elementos do DCE/LIVRE da FUEL, destacando-se dentre eles, os seguintes:

LUIZ CARLOS CHEIDA, MARIA ALICE PAVAN, MERCIO DE MACEDO GALVÃO, GILBERTO BERGUOI MARTIN, CÍCERO ROMÃO DE ARAUJO, este último do Movimento de Estudantes Secundaristas.

GILBERTO BERGUOI MARTIN, ao fazer uso da palavra falou que: “os movimentos grevistas se sucedem e a repressão continua atuando, isto desmascara a falsa abertura do governo, mostrando na prática a força dos trabalhadores que buscam uma nação livre e democrática, enquanto que o governo reprime o povo em suas manifestações de protesto e melhores condições de vida. Ao final disse que “a União Nacional dos Estudantes está apoiando o movimento do ABC e conclamou todos pela união contra o arbítrio e a ditadura que se agoniza”.

Já em CURITIBA/PR, durante a concentração realizada na Vila Nossa Senhora de Luz dos Pinhais, notou-se a presença de poucos estudantes, destacando-se: ILDEU MANSO VIEIRA FILHO, JULIO CESAR MANSO VIERA, IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNALONI.

- Em ambas as concentrações foram distribuídos panfletos que faziam alusão à data comemorada e à luta no ABC, além de conclamar a união dos trabalhadores em torno de objetivos que variavam desde a Reforma Agrária até o fim da Lei de Segurança Nacional [...]. (SNI, ACT_482_80, 22 de maio de 1980, laudas 1-3).

A descrição continua expondo vários outros indivíduos e instituições da sociedade civil que se organizavam e se mobilizavam para lutar contra o regime ditatorial e o Estado totalitário que estavam em vigor. Após a descrição do movimento estudantil, o agente passa à descrição do movimento operário:

Movimento operário.

Neste setor, aconteceram algumas greves com a finalidade de os trabalhadores conseguirem melhorias em seus salários. No PARANÁ, destacam-se aquelas feitas pelos profissionais de enfermagem e pelos vigilantes bancários. Já em SANTA CATARINA, aquela que mereceu maior destaque pela sua influência foi o dos trabalhadores em empresas químicas e farmacêuticas de JOINVILLE/SC.

Tanto no PARANÁ como em SANTA CATARINA, também no meio operário, procurou-se apoiar a greve do ABC, principalmente, com a arrecadação de fundos através da venda de bônus, Jornais, etc. Destaca-se nessa iniciativa a realização em CRICIÚMA/SC, pelo Sindicato dos Metalúrgicos local de reuniões presididas por ADEMIR KLEIN, apoiado por representantes de outros sindicatos locais, além de MARLENE DE SOUZA SOCCAS (codinome ORMA DA CUNHA SOUZA), SERGIO ULIANO, TERCIO JOSÉ CRESCÊNCIO, Padre VALDEMIRO MJOTELO,

vereadores LIRIO ROSSO, FLAVIO RONCHI e MILTON MENDES DE OLIVEIRA.

ADEMIR KLEIN já foi presidente do Sindicato dos Madeireiros de BOM JESUS DA SERRA/SC, que sofreu Intervenção.

Em JOINVILLE/SC, LAGES/SC, e FLORIANÓPOLIS/SC, procurou-se apoiar a greve do ABC com a arredação de fundos com a venda de bônus, jornais do ABCD, panfletos, etc.

[...] Durante o mês de abril, tanto no PARANÁ como em SANTA CATARINA, houve grande movimentação em torno dos preparativos para o dia do Trabalho [...] (SNI, ACT_482_80, 12, 22 de maio de 1980, laudas 5-6).

Como se percebe acima, dentre outras coisas, a questão da centralidade do trabalho e a relação capital-trabalho é estruturante e determinante para a organização e mobilização dos trabalhadores e de algumas instituições da sociedade civil, por exemplo, na luta por “melhores salários” e “melhores condições de vida”. Pretendemos analisar mais a fundo as causas e determinações sociais e históricas que constituem e estruturam tal fenômeno de demanda e reivindicação. Por fim, o agente passa à descrição do movimento do clero.

Movimento do Clero

Tanto no PARANÁ como em SANTA CATARINA, a Igreja através de seus representantes tem participado ativamente de todo e qualquer movimento, estudantil, operário, etc., sempre escudada na premissa de que é seu dever se colocar ao lado do mais fraco, do pobre, enfim, daqueles que julga serem perseguidos e desassistidos. Contudo, tal colocação tem servido apenas para justificar a sua intromissão em assuntos alheios a sua real finalidade, bem como a sua participação contestatória, particularmente de alguns de seus representantes pertencentes a linha progressista, e mesmo de alguns até aqui considerados de linha conservadora.

Assim, em 25 ABR 30, na cidade de LAGES/SC, ocasião de início da campanha de Fundo de Breve para os metalúrgicos do ABC, foram distribuídos panfletos nas igrejas, atividade atribuída ao Padre DAVID, Vigário Geral da Diocese de LAGES, com aquiescência do Bispo Dom HONORATO PIAZERA.

Em JOINVILLE/SC a Pastoral Operária da Diocese local, apoiada pelo Bispo Dom Gregório Warmeling e pela Comissão Pastoral Operária do Estado de Santa Catarina, teve destacada atuação durante os últimos movimentos reivindicatórios e grevistas do operariado local, bem como deu apoio ao movimento grevista do ABC além de defender a participação dos religiosos de S.Paulo e Santo André naquele acontecimento. (SNI, ACT_482_80, 12, 22 de maio de 1980, lauda 6)

Este é um ponto muito importante para nós no desenvolvimento da pesquisa, pois tematiza precisamente o ponto de encontro entre as questões do trabalho e o movimento pastoral e religioso que pretendemos desenvolver e apresentar nas próximas pesquisas.

Considerações finais

Em resumo, os resultados de nossa pesquisa explicitam a gênese do processo histórico do Serviço Nacional de Informações (1964-90) em específico, e dos órgãos de informações em geral. Podemos apreender com base nas nossas investigações que todas as implantações e transformações institucionais dos órgãos de informações, até o estabelecimento do SNI, tiveram objetivos e/ou ações diretas ou indiretas na repressão e controle dos movimentos populares. A criação do SNI, em 1964, pode ser representada, em última instância, como uma ação do Estado que manifestou a radicalização de um processo constituído por continuidades e discontinuidades de formas e mecanismos autoritários de controle e repressão das demandas e reivindicações dos movimentos sociais e dos trabalhadores.

Por outro lado, nossas investigações e pesquisas nos arquivos do SNI disponibilizados ao NDPH – UEL (PR) permitiram identificar experiências em que aparecem nos documentos grupos ligados aos movimentos sociais, à Pastoral Operária e aos sindicatos dos trabalhadores. Nos documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) das regiões do Paraná (PR) e Santa Catarina (SC), observamos que tais documentos compõem registros, expressões, discursos e experiências nos quais a questão do trabalho é sempre posta de forma central. Nesse sentido, selecionamos tal objeto para aprofundar, desenvolver e apreender as relações, mediações e determinações sociais e, principalmente, apreender a forma como as questões do mundo do trabalho se relacionaram com as ações pastorais de grupos religiosos no contexto da ditadura militar no Brasil.

Os aspectos inéditos trazidos ao público pela pesquisa apresentada contribuíram para o debate nas Ciências Sociais e Humanas a respeito dos serviços de informações brasileiros, da memória social da história de repressão, do Serviço Nacional de Informações, da Ideologia da Segurança Nacional e da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Em especial, possibilitam estudos e ratificam a perspectiva de

superação de questões e problemas sociais que permanecem até a conjuntura atual, com vistas ao aprofundamento real e substancial do processo de democratização da sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, F. **A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar**. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2014.

ANTUNES, P. **SNI & ABIN: entre a teoria e a prática. Uma leitura de atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2001.

AQUINO, L. Et al. **Sociedade brasileira: uma história dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ASSUNÇÃO, Vânia N. F. de. **O satânico doutor Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva**. 1999. 238f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PPG em Ciência Política. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

BRASIL. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. vol 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível no endereço eletrônico:
http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf (acesso em 11/12/2016 as 11h09min).

CELLARD, A. **A análise documental**. In. POUPART, J. Et al. (orgs.). **A pesquisa qualitativa**. – Petrópolis: Vozes, 2012.

COBLIN, J. **A ideologia da Segurança Nacional – o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

DELGADO, L. **O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. Artigo publicado pela revista Tempo [online]. 2010, vol.14, n.28, pp.123-143.

De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil. Org. Helder Gordim da Silveira; Luciano Aronne de Abreu. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado:** ação política, poder e golpe de classe. - 6. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológico. – 5 ed. – São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, JORGE e GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, C. **Como eles agiam.** Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

FONTES, V.; MENDONÇA, R. S. **História do Brasil recente (1964-1980).** São Paulo: Editora Ática S.A, 1988.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** – 34. Ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2007.

LÖWY, M. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado.** Revista Outubro, São Paulo, 1999, p. 73-80, s.d.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social:** questões de princípio para uma ontologia hoje tornada possível. – São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. – Boitempo, 2011.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. – 2. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MAY, T. **Pesquisa Social:** questões, métodos e processos. 3º ed – Porto Alegre: Artmed, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. **Segurança e Desenvolvimento:** peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. Diálogos Latinoamericanos, núm. 5. 2002, pp. 40-56.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira:** crítica à razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

POUPART, J. Et al. **A pesquisa qualitativa.** - Petrópolis: Vozes, 2012.

SCHWARZ, R. **Um mestre na periferia do capitalismo.** - São Paulo: Editora 34, 1997.

_____, R. **Ao vencedor as batatas.** Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. - São Paulo: Duas cidades, Editora 34, 2000.

Serviço Nacional de Informações, ACT/ACE 34/79-MF-ALT-011, 11 de junho de 1981, 99 laudas.

Serviço Nacional de Informações, ACT/ACE 34/79-MF-ALT-1-012, 99 laudas.

Serviço Nacional de Informações, ACT/ACE 482/80-12, 22 de maio de 1980, 12

SODRÉ, W. N. **Vida e morte da ditadura:** vinte anos de autoritarismo no Brasil. - Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1984.